

Patrick Charaudeau
Dominique Maingueneau

DICIONÁRIO DE ANÁLISE DO DISCURSO

Coordenação da tradução
Fabiana Komesu

EDITORA
CONTEXTO

de fragmentos, relativos a um discurso misto e a comentários metalinguísticos que aparecem quando dois interlocutores constatarem um desvio irreduzível entre suas maneiras de dizer.

ver **colingüismo, dialogismo**

S. B.-R. (R. L. B.)

dilema – Um dilema é uma alternativa na qual os dois termos são igualmente desagradáveis. Utilizado como estratégia argumentativa, o dilema é um modo de **refutação***, caso a caso, que consiste em mostrar que todas as linhas de defesa que o adversário poderia adotar conduzem à mesma conclusão que lhe é desfavorável: “Ou você estava a par do que estava acontecendo, não fez nada e então você deve se demitir; ou você não estava a par e não controla seu trabalho e então você deve se demitir.”

ver **refutação**

C. P. (R. L. B.)

discursivo (nível –) – ver situacional (nível –)

discurso – Noção que já estava em uso na filosofia clássica, na qual, ao conhecimento *discursivo*, por encadeamento de razões, opunha-se o conhecimento *intuitivo*. Seu valor era, então, bastante próximo ao do *logos* grego. Em linguística, essa noção, proposta por Guillaume, conheceu um impulso fulgurante com o declínio do estruturalismo e o crescimento das correntes pragmáticas*.

VALORES CLÁSSICOS EM LINGÜÍSTICA

“Discurso” entra em uma série de oposições clássicas. Em particular:

Discurso vs frase. O *discurso* é uma unidade linguística constituída de uma sucessão de frases. É nessa acepção que Harris (1952) fala de “análise do discurso” e que alguns falam de “gramática do discurso”; hoje, prefere-se falar de “lingüística* textual”.

Discurso vs língua:

(1) A *língua* definida como sistema de valores virtuais opõe-se ao discurso, ao uso da língua em um contexto particular, que filtra esses valores e pode suscitar-lhes novos. Estamos próximos da oposição saussuriana língua / fala: “A distinção entre fala ou discurso e língua, proposta pela primeira vez por Saussure e precisada por mim mesmo”, diz Gardiner (1932/1989: 285). Mas pode-se orientar “discurso” mais para a dimensão *social* ou para a dimensão *mental*. Gardiner opta pela primeira: o discurso é a “utilização, entre os homens, de signos sonoros articulados, para comunicar seus desejos e opiniões sobre as coisas” (1989: 24). Guillaume opta pela segunda: “No discurso [...], o físico, que é a fala em si, apresenta-se efetivo,

materializado, e, então, no que lhe concerne, livre da condição psíquica de partida. No nível do discurso, a fala tomou corpo, realidade: ela existe fisicamente" (1973: 71). Em Benveniste, "discurso" está próximo de "enunciação": é "a língua como assumida pelo homem que fala, e na condição de intersubjetividade que só a comunicação lingüística torna possível" (1966: 266).

(2) A "língua", definida como sistema *partilhado* pelos membros de uma comunidade lingüística, opõe-se ao "discurso", considerado como uso *restrito* desse sistema. Pode tratar-se: (a) de um *posicionamento** em um campo* discursivo (o "discurso comunista", o "discurso surrealista"...). Nesse emprego, "discurso" é constantemente ambíguo, porque pode designar tanto o sistema que permite produzir um conjunto de textos quanto esse próprio conjunto; o "discurso comunista" é tanto o *conjunto dos textos* produzidos pelos comunistas quanto o *sistema* que permite produzi-los, a esses e a outros textos qualificados como comunistas. Produz-se, então, um deslizamento constante do sistema de regras para os enunciados efetivamente produzidos. Assim, em Foucault: "Chamaremos de *discurso* um conjunto de enunciados na medida em que eles provêm da mesma formação* discursiva" (1969b: 153); (b) de um *tipo* de discurso* ("discurso jornalístico", "discurso administrativo", "discurso televisivo", "discurso do professor em sala de aula"...); (c) das produções verbais específicas de uma *categoria de locutores* (o "discurso das enfermeiras", o "discurso das mães de família"...); (d) de uma *função* da linguagem* (o "discurso polêmico", o "discurso prescritivo"...); ...

Discurso vs texto. O *discurso* é concebido como a inclusão de um *texto** em seu *contexto** (= condições de produção e de recepção) (Adam, 1999: 39).

Discurso vs enunciado. Muito próxima da precedente, essa distinção permite opor *dois modos de apreensão* das unidades transfrásticas: como unidade lingüística ("enunciado*") e como traço de um ato de comunicação sócio-historicamente determinado. Aliás, é essa oposição que, na França, serviu para atribuir um ponto de vista específico à análise do discurso: "Um olhar lançado sobre um texto do ponto de vista de sua estruturação "em língua" faz dele um enunciado; um estudo lingüístico das condições* de produção desse texto fará dele um discurso" (Guespin, 1971: 10).

A LINGÜÍSTICA DO DISCURSO

Desde os anos 80, vê-se proliferar o termo "discurso" nas ciências da linguagem, tanto no singular ("o domínio do discurso", "a análise do discurso"...), quando no plural ("cada discurso é particular", "os discursos inscrevem-se em contextos"...); segundo a referência seja à atividade verbal em geral ou a cada evento de fala. A proliferação desse termo é o *sintoma de uma modificação no modo de conceber a linguagem*. Falando de "discurso", toma-se implicitamente posição contra uma certa

concepção da linguagem e da semântica. Em boa medida, essa modificação resulta da influência de diversas correntes pragmáticas, que sublinharam um certo número de idéias-força:

• *O discurso supõe uma organização transfrástica.* Isso não quer dizer que todo o discurso se manifesta por seqüências de palavras que são necessariamente de feição superior à frase, mas que ele mobiliza estruturas de *uma outra ordem*, diferente das da frase. Um provérbio ou uma proibição como “Não fumar” são discursos, formam uma unidade completa, mesmo que sejam constituídos de uma única frase. Como unidades transfrásticas, os discursos estão submetidos a regras de organização em vigor em uma comunidade determinada, as dos múltiplos gêneros* de discurso: regras que recaem sobre o plano* de texto (uma crônica não se deixa recortar como uma dissertação ou como um manual de instrução...), sobre a dimensão do enunciado etc.

• *O discurso é orientado.* Ele é “orientado” não somente porque é concebido em função do *propósito* do locutor, mas também porque ele se desenvolve *no tempo*. O discurso se constrói, com efeito, em função de um fim, considera-se que vai chegar a alguma parte. Mas ele pode desviar-se durante o percurso (digressões...), voltar à direção inicial, mudar de direção etc. Sua linearidade se manifesta freqüentemente através de um jogo de antecipações (“veremos que...”, “voltarei ao ponto”...) ou de retomadas (“ou melhor...”, “deveria ter dito...”); tudo isso constitui um verdadeiro “painel de controle” da fala para o locutor. Mas esse guiamento se efetua em condições muito diferentes segundo o enunciado seja produzido por um só enunciador que o controla de ponta a ponta (enunciado monologal*, por exemplo, em um livro) ou possa ser interrompido ou desviado a qualquer momento pelo interlocutor (enunciado dialogal*). Nas situações de interação oral, constantemente as palavras “escapam”; é necessário recuperá-las, torná-las precisas etc., em função das reações do outro. Ducrot radicalizou a idéia de que o discurso é fundamentalmente *orientado*, inscrevendo uma orientação argumentativa nas próprias unidades da língua (Anscombe e Ducrot, 1983, Carel e Ducrot, 1999).

• *O discurso é uma forma de ação.* A problemática dos atos* de linguagem, desenvolvida por filósofos como Austin (1962) e depois Searle (1969), difundiu maciçamente a idéia de que toda enunciação constitui um ato (prometer, sugerir, afirmar, interrogar...) visando a modificar uma situação. Em um nível superior, esses atos elementares integram-se, por sua vez, em atividades languageiras de um *gênero* determinado (um panfleto, uma consulta médica, um jornal televisado...), e estas, por sua vez, em *relação com atividades não-verbais*. Essa ação verbal pode também ser pensada em quadros psicossociológicos variados (Trognon 1993, Bronckart 1996).

· *O discurso é interativo.* A manifestação mais evidente desta interatividade* é a conversação*, na qual os dois locutores coordenam suas enunciações, enunciam em função da atitude do outro e percebem imediatamente o efeito que suas palavras têm sobre o outro. Mas nem todo discurso deriva da conversação; além do caso dos enunciados escritos, existem numerosas formas de oralidade que parecem muito pouco “interativas”: é o caso, por exemplo, de um conferencista, de um locutor de rádio etc. Nos casos desse gênero, pode-se ainda falar de interatividade? Para alguns, a maneira mais simples de manter mesmo assim o princípio de que o discurso é fundamentalmente interativo seria considerar que a troca oral constitui o emprego “autêntico” do discurso e que as outras formas de enunciação são usos de alguma forma enfraquecidos dele. Mas parece preferível não confundir a *interatividade* fundamental do discurso com *interação oral*. Toda a enunciação, mesmo produzida sem a presença de um destinatário, é de fato assumida em uma *interatividade* constitutiva, ela é uma troca, explícita ou implícita, com outros locutores, virtuais ou reais, ela supõe sempre a presença de uma outra instância de enunciação à qual o locutor se dirige e em relação à qual ele constrói seu próprio discurso. Nessa perspectiva, a conversação não é considerada como o discurso por excelência, mas somente um de seus modos de manifestação – mesmo se é, sem dúvida, o mais importante – da interatividade fundamental do discurso.

· *O discurso é contextualizado.* O discurso não intervém em um contexto, como se o contexto não passasse de uma moldura, um cenário; de fato, não existe discurso que não seja contextualizado: não se pode, de fato, atribuir um sentido a um enunciado fora de contexto. Além disso, o discurso contribui para definir seu contexto e pode *modificá-lo* durante a enunciação.

· *O discurso é assumido.* O discurso não é discurso a não ser que esteja relacionado a uma instância que, ao mesmo tempo, se põe como fonte dos pontos de referência pessoais, temporais, espaciais, e indica qual *atitude* adota em relação àquilo que diz e a seu interlocutor (processo de modalização*). O locutor pode modular seu grau de adesão (“Pode ser que chova”), atribuir a responsabilidade a algum outro (“Segundo Paulo, chove”), comentar sua própria fala (“Na minha opinião, vai chover”), tematizar (“Paulo, ele não está em questão”) etc. Pode até mesmo mostrar a seu interlocutor que apenas finge assumi-la (caso da ironia*). A reflexão sobre as formas de subjetividade que o discurso supõe é um dos grandes eixos da análise do discurso.

· *O discurso é regido por normas.* Como todo o comportamento social, ele é submetido a normas sociais muito gerais; por outro lado, como o mostra a problemática das leis* do discurso, a atividade é regida por normas específicas. Cada ato de linguagem implica, ele mesmo, normas particulares; um ato aparentemente tão

simples como a pergunta implica que o locutor ignora a resposta, que essa resposta tem algum interesse para ele, que ele acredita que seu destinatário pode dá-la... Mais fundamentalmente, nenhum ato de enunciação pode ocorrer sem justificar, de uma maneira ou de outra, seu direito de apresentar-se tal como se apresenta. Sua inscrição nos gêneros de discurso contribui de maneira essencial para esse trabalho de legitimação que é indissociável do exercício da fala.

O discurso é assumido em um interdiscurso. O discurso não adquire sentido a não ser no interior de um universo de outros discursos, através do qual ele deve abrir um caminho. Para interpretar o menor enunciado, é preciso colocá-lo em relação com todos os tipos de outros, que se comentam, parodiam, citam... Cada gênero de discurso tem sua maneira de gerar as multiplicidades das relações interdiscursivas: um manual de filosofia não cita da mesma maneira nem se apóia nas mesmas autoridades que um animador de promoções de vendas... O próprio fato de situar um discurso em um gênero (a conferência, o jornal televisado...) implica que ele é colocado em relação ao conjunto ilimitado de outros.

Considerado dessa maneira, o discurso não delimita um domínio que possa ser estudado por uma disciplina coerente. É, antes de mais nada, uma *maneira de apreender a linguagem*. Certos lingüistas falam, entretanto, de uma *lingüística do discurso*, que opõem a uma "lingüística da língua". Essa lingüística do discurso não pode corresponder à "lingüística da fala", da qual Saussure tracejou o espaço; de fato, o desenvolvimento de uma lingüística* textual, das teorias da enunciação* lingüística e de uma semântica marcada pelas correntes pragmáticas* e cognitivistas reconfigurou a oposição língua/fala e as oposições da mesma ordem, como "competência"/"desempenho".

ver análise do discurso, ato de linguagem, enunciado, gênero de discurso, interdiscurso, polifonia, pragmática, texto

D. M. (S. P.)

discurso/história (Benveniste) – ver embreado (plano –)/não-embreado

discurso citado – A problemática do discurso citado trata dos diversos modos de representação, no discurso, de falas atribuídas a instâncias outras que não a do locutor: "Colocação em relação de discursos, um dos quais cria um espaço enunciativo particular, enquanto o outro é colocado à distância e atribuído a uma outra fonte, de maneira unívoca ou não" (Rosier 1999: 125). Essa problemática ultrapassa amplamente a tradicional tripartição entre *discurso direto*, *discurso indireto* e *discurso indireto livre*, já que estão concernidas as *formas híbridas* e o *discurso indireto livre*, mas também fenômenos como a *colocação entre aspas** e o *itálico, a modalização** por